

O Limite de Barth: A influência da “Introdução” de Barth sobre os estudos de etnicidade e racialidade¹

Edwin Reesink

DAM – PPGA – UFPE

resumo

A *Introduction* de Fredrik Barth na coletânea de textos sobre etnicidade, *Ethnic groups and boundaries*, publicada depois de um congresso organizado por ele e colegas escandinavos em 1967, marca um limite nos estudos deste fenômeno na antropologia, e na antropologia brasileira, em particular. Um limite que separa dois tempos. Por um lado, chamou-se atenção para o caráter social da etnicidade, o *grupo étnico*, e os seus *limites*, desfazendo a tendência da pressuposição da unicidade cultura-língua-sociedade-etnia. O subtítulo já mostra a reorientação, *the social organisation of cultural difference*, certamente levando a uma revisão necessária do conceito de *grupo étnico*. Por outro lado, raramente se encontra na literatura especializada uma discussão mais aprofundada da *Introdução*, mesmo que tenha havido importantes reparos. No Brasil nota-se, por exemplo, a influência de Carneiro da Cunha. Mais do que isto, nota-se na literatura, e aqui parece ser algo especialmente forte na antropologia brasileira, de uma espécie de citação ritual de Barth, com pouca discussão, para resolver a definição de *grupo étnico* (às vezes complementado por um aspecto destacado por Weber). Tendo esta influência neste campo, vale examinar o texto original muita mais detalhadamente. Desse modo, chegamos a um outro limite de Barth, o limite da sua própria definição. Talvez este limite seja significativo para entender algo da popularidade imensa que Barth alcançou no Brasil. É notável, por exemplo, como é muito rara a citação da revisão do próprio Barth num congresso realizado de reavaliar essa obra, 25 anos depois da sua primeira publicação. Talvez fosse o caso de se fazer uma história sociointelectual do *grupo étnico* de Barth (e conseqüentemente, do Problema de Barth), nos moldes que Merton fez para o Teorema de Thomas. Aqui se destaca alguns aspectos destas questões.

Palavras-chaves

¹ Esse trabalho foi apresentado na Reunião da Associação Brasileira de antropologia em Belém, 2010. Aqui só procedi a umas pequenas modificações, umas notas explicativas e alguns acréscimos contemporâneos.

1. introdução a uma genealogia de um conceito

Poucos são os textos antropológicos tenham tido uma influência de tal ordem que pareçam ter se transformado em uma espécie de paradigma Kuhniano. Ou seja, um texto canônico que é citado quase que automaticamente, sem que o autor que o utiliza necessariamente cite o texto em si (só dando a referência); ou que o autor cite somente uma parte bem breve e a mais importante do texto em tela, uma citação resumida; ou, por fim, quando cita o texto um pouco mais amplamente, não o discuta realmente com alguma profundidade. Em todos os casos, se tira uma lição de que se constitui uma espécie de *doxa*, um paradigma do que seja o ‘real significado do conceito’ do “grupo étnico”. Analogicamente, um exemplo clássico disto é a citação do “Teorema de Thomas”, em que o sociólogo W.I. Thomas, da chamada ‘escola de Chicago’, postula o mecanismo fundamental sociocultural de que “(...) *if men define situations as real, they are real in their consequences*”, ainda nos anos 20 do século passado (citado e discutido em Merton 1995: 384). Este teorema tem uma história sociointelectual curiosa, em que não foi formulado claramente enquanto um ponto a ser destacado pelo autor em questão: ocorreram uma série de subseqüentes utilizações que consolidaram a noção. Uma consolidação que incluía até mesmo casos em que não se citava corretamente a fonte da formulação original, ou citando-a de modo equivocado (*ibid*).²

Não é este o caso de Barth e da sua *Introdução* em que, mesmo que raramente, se cita a definição original ou, pelo menos, se cita a referência correta da *Introdução* (mesmo que, na grande maioria das vezes em tradução, pois mais raramente aparece a citação do livro original). Porém, uma ‘genealogia’ do uso real de sua formulação do conceito *grupo étnico* também pode ser reveladora de como sua influência se tornou canônica: mesmo que de alguma forma referenciado pelo autor que utiliza as suas ideias, raramente este último discute mais a fundo a definição oferecida e, muito menos, o raciocínio, a discussão e os argumentos de Barth sobre o ‘estado da arte’ de sua época.

² Merton é o autor que contribuiu significativamente para a consolidação do Teorema de Thomas e a própria expressão utilizada. Foi ele, inclusive, que aplicou a noção de teorema para a ideia central e, muito tempo depois, se empenhou em traçar uma genealogia histórica do uso do conceito (Merton *ib.*). Ele discute também o ‘fenômeno de citação parcial’, que, é claro, nem sempre é reducionista ou incompreensível (como veremos adiante).

Dessa forma, uma discussão completa deveria incluir a introdução no seu todo (e as outras contribuições do livro), a definição de *grupo étnico* a que chega e, daí, traçar e comparar o modo simplificado como é efetivamente utilizada na literatura mundial e brasileira (uma história sociointelectual do conceito, no dizer de Merton). Tal empenho é, evidentemente, longe de ser possível aqui e vou me limitar a um esboço brevíssimo de uma parte de uma discussão potencialmente amplíssima. O que proponho é muito mais esboçar umas linhas que, diga-se de passagem, talvez possam embasar um desdobramento futuro bem maior.

2. introdução a uma introdução

Na literatura antropológica, a introdução de Fredrik Barth, ao livro organizado por ele chamado de “*Grupos étnicos e fronteiras. A organização social da diferença cultural*”, logo alcançou um grande sucesso mundial. Isso decorre do fato que ele operou uma reconfiguração do conceito-chave para a época, ao mesmo tempo em que também incorporou ideias em mudança que já estavam em um curso e, também, de certa forma, já estavam no ar. Assim, o livro saiu no momento certo em que, no fundo, o seu organizador deu voz a uma reformulação já em curso. Por exemplo, a tese de doutorado de Barth foi desenvolvida e apresentada numa Universidade, na Inglaterra, em um cenário acadêmico em que Leach já começava a despontar. Este já havia apontado para um eventual caráter residual da cultura de um grupo étnico. Ou seja, a cultura considerada antes mais como um resultado do que uma causa da diferença étnica, e a transformação política e social de um mesmo grupo na diacronia, são essenciais para o trabalho sobre a Alta Birmânia. Além disso, a importância da fronteira, e a segmentação de uma identidade mais ou menos englobante, segundo os ditames das circunstâncias sociais, é a essência do trabalho sobre os Nuer de Evans-Pritchard. Sem falar do caráter relacional como definidora das unidades sociais de Dumont.³

O grande mérito de Barth foi de retirar essas ideias do âmbito ‘tribalista’ e da ‘sociedade colonial’ e de articulá-las com pesquisas de outras vertentes, em especial, sobre a chamada ‘sociedade plural’. Ele rearticulou o conceito e ampliou sua aplicação.

³ Na bibliografia final cita-se, aliás, Leach, mas não há menção à Dumont ou Evans-Pritchard (Vale lembrar que Dumont passou uns anos em Oxford, na primeira parte dos anos 50). Barth esteve em Cambridge quando Leach escrevia sobre a Birmânia, e ele mesmo declara ter sido muito estimulado por Edmund Leach (que foi seu orientador de tese; Barth 2007).

Incluindo um leque de uma diversidade considerável de situações sociais: desde os Pathan, a região de Darfur, as “tribos” em Laos, os camponeses noruegueses e os Sami no Estado nacional norueguês, e aos indígenas no Chiapas. Por coincidência, vale observar de passagem, casos que ainda hoje dão o que falar⁴: a área Pathan, Território Noroeste de Paquistão, era a chave para o Afeganistão e Al Queda; em Darfur vem se processando um genocídio, que o governo dos Estados Unidos em algum momento chegou a reconhecer como tal, mas, depois se esquivou de classificar assim para que a ‘comunidade internacional’ não tenha obrigação legal de intervir eficazmente (diga-se de passagem, que Barth encontrou uma situação anterior, ainda bastante tranquila, mas que reconheceu aqui a dificuldade de previsão do futuro; porém, já apontava como é relevante a sua influência na região do quadro político maior); os Sami partilham do processo de revitalização étnica contra a assimilação imposta pelo Estado-Nação, como todos, ou quase todos, os povos ‘minoritários’ dominados nos Estados nacionais (aqui em Noruega, Suécia e Finlândia); e no Chiapas houve a surpresa dos Zapatistas, reconhecendo o étnico contra um marxismo ortodoxo, e tentando impor uma negociação para uma nova articulação do local, regional, com o Estado nacional.⁵

3. teorema

“*proposição que pode ser demonstrada por meio de um processo lógico*”

(dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa 1.0)

Citamos na introdução deste artigo os casos etnográficos do livro organizado por Barth, porque estes são a base para uma boa parte da discussão na *Introdução*, contudo parecem raramente lidos em conjunto com o texto famoso. Ou, também, de maneira análoga, muitas vezes a *Introdução* acaba isolada do resto da obra de Barth, isto é, a literatura especializada sobre etnicidade concentra-se, em particular, somente sobre este texto, e não se reporta aos aspectos da concepção barthiana do ser humano, como agente sociocultural, nem como ele concebe a vida social, o *socius* (Villar 2004). Além do mais, apenas a *Introdução* acabou traduzida em português tardiamente (ou

⁴ No tempo da primeira versão deste texto, alinhavada em 2007, já existiam esses conflitos. Na época da versão apresentada em 2010, alguns destes casos passavam por um período de conflito mais agudo. De algum modo, todos os casos evidenciam uma continuidade impressionante até os dias de hoje. O pior caso, o genocídio em Darfur, se arrasta de alguma maneira até a contemporaneidade, com uma atenção internacional quase inexistente.

⁵ Hoje, início de 2018, houve mudanças nesses cenários que não podem ser discutidos aqui. Todavia, vale lembrar que, no pior caso, o genocídio em Darfur, não houve melhoras significativas.

seja: separadamente do resto do livro), como anexo de um outro livro, de autores franceses (Poutignat e Streiff-Fenart 1998). Como Villar também já demonstrou, mesmo dentro do texto em si mesmo, certas afirmações são pouco discutidas, ou tendem a ser ignoradas.⁶ Villar situa o texto na obra maior e discute estas proposições, apontando para uma série de aspectos interessantes para melhor entender a proposta sobre grupos étnicos. No entanto, ele discute pouco o motivo do porquê o texto ficou tão famoso e é citado, assim como tampouco a definição em si mesmo, enquanto sua exploração certamente ilumina certas escolhas analíticas de Barth. Destaca-se nessas escolhas como, ao conferir o privilégio do limite sobre o conteúdo na organização social da diferença, Barth rompe com toda a tendência de homogeneidade entre língua, cultura e sociedade para o mesmo grupo étnico. Mesmo que, novamente, não seja possível discutir isto o bastante, creio que a popularidade do texto remete a esta concepção explicitada, que favorece o deslocamento da pesquisa para o caráter dos limites étnicos. Em si mesmo, enfatizar o caráter mutante da cultura, a não coincidência dentro do mesmo grupo de uma só variante de língua e de uma única modalidade de adaptação ecológica, e de uma só organização sociocultural, se aplicava muito bem num programa de rever qualquer rigidez anterior e a falta de atenção nos processos de manutenção da fronteira na própria relação interétnica.⁷

O problema da concepção da sociedade e do papel do agente (em jargão mais atual) subjaz à concepção da adesão étnica e do fluxo étnico em Barth. Vejamos como isso transparece na definição: “*The critical feature then becomes (...) the characteristic of self-ascription and ascription by others*” (Barth 1969: 13). Esta posição já foi posta logo no início da *Introdução* com o esboço da *abordagem geral*, em que *a identificação e adscrição pelos próprios atores* também está em primeiro lugar. Em segundo, e

⁶ O papel da ecologia, por exemplo. Villar fez uma leitura cuidadosa, mas deixa aqui de mencionar que Barth não rejeita claramente o processo da separação e ocupação de novo território ecológico para a criação de uma nova unidade étnica, mesmo quando critica a visão isolacionista das etnias (1969: 11). Tudo se passa como si – mesmo quando, com pertinência, Barth refuta o isolamento das etnias – uma nova etnia realmente só “*emerge*” em resposta à ecologia. Isso evoca a crítica de Banks (1996: 104) de que Barth, na sua feição primordialista, se dirige à pergunta do “*how ethnicity*” e não à questão do “*why ethnicity*”. De todo modo, não é só no Brasil e na França que Barth virou um “clássico”: “*The (by now) classic anthropological source for studying these processes of ethnic reformulation is Barth (1969)*” (Bowen 2002: 394). Nota-se aqui, também, a ênfase sobre o processo; em outras palavras: a inclusão da “*etnogênese*”, a qual também ficou tão popular entre nós, especialmente nos anos 80 e 90 do século passado.

⁷ Ele deixa – mas, é claro, ele está forçado aos limites de um artigo – de apontar a fundamental importância de Goffman (*stigma, frontstage, backstage*, setores de interação conjuntos e separados, ou seja, bem semelhante ao que depois ficou conhecido como *campo intersocietário*) – o que reforçaria seu argumento da concepção do ator racional em Barth – embora Villar chame atenção para a perspectiva *interacionista* na obra.

terceiro lugar, postula-se que estas categorias organizam a relação social e, então, o foco passa a ser os processos envolvidos na geração e na manutenção do grupo étnico pela atenção aos limites, e deixando de focalizar à constituição interna e às histórias dos grupos separadamente (ib.: id.). Após a discussão que sustenta a abordagem geral já enunciada, a definição acaba sendo predominantemente a definição de si e pelo outrem. O que se verifica na literatura é que é esta parte da definição que é a mais retida e referida. É esta pura relacionalidade que permite aplicar a noção de etnicidade a qualquer coletividade socialmente constituída. O Barth, bem menos citado, mas ainda referido, na verdade continua a sua discussão do cerne da questão quando acrescenta que: “*A categorial ascription is an ethnic ascription when it classifies a person in terms of his basic, most general identity, presumptively defined by his origin and background*” (ib.: 13). Aqui Barth se confronta ao problema principal do *grupo étnico*, ou seja: como definir o que há de especificamente étnico em uma coletividade categórica que o diferencia de outras categorias sociais e que permite distingui-la de outras categorizações coletivas. No entanto, o texto dele se movimenta, como já na explicação de Barth sobre os casos Pathan e Fur, sem solução real para navegar entre o puramente relacional, que, em última instância, redundava na primazia da auto-identificação, e a determinação social do ator, em função de sua *origem*. No fundo, ele discute mais os *sinais diacríticos* do que os critérios de *origem*, os *critérios socioculturais de identificação*. No entanto, creio que Barth, na verdade, também sabia que critérios essencializam identificações e são, com perdão da linguagem, essenciais no processo social que, em si, constitui uma ‘sociocriação sociocultural da realidade sociocultural’.⁸

Aproveitando a ideia de Merton, e emprestando conceitos das ciências erroneamente chamadas de “duras”, podemos concluir que a proposição de Barth se transformou em um Teorema: O *Teorema de Barth* desloca a atenção da definição do *grupo étnico* do conteúdo cultural em direção à relação social; ou seja: em direção *ao limite*; e, também, o deslocamento do coletivo para o individual: com a ênfase no indivíduo, na sua escolha, e na sua auto-identificação – ainda que isto se realize de forma não evidente, porém em uma clara consonância com as preferências teóricas de Barth.⁹ No seu cerne, no seu limite – sem trocadilho – a definição põe a real carga sobre

⁸ E, continuando um ponto de vista contemporânea, a questão gira em torno do como se realiza essa criação sociocultural da essencialização étnica, ou, reformulado, a reificação ontológica que se designa analiticamente de étnico.

⁹ Ver que Merton também discute a ligação de certos fenômenos a um nome de um cientista em outras ciências, um epônimo; p.ex. a constante de Planck (muitas vezes não sendo o descobridor!). Como Barth

o limite, *boundary*, sobre a inclusão/exclusão que a envolve. No teorema de Barth poderia ser que “o limite”, e em especial a auto-identificação de um indivíduo e seus interesses individuais, prevaleça sobre o caráter coletivo do *constraint* da cultura, e que, portanto, nesta teoria, os traços distintivos e o conteúdo cultural se subordinam à relação sociopolítica, e não o inverso (mesmo que o cerne tenha se tornado a identificação de si e pelos outros, mais adiante a discussão de Barth se concentra nos casos em que o indivíduo consegue mudar a sua identificação de si, e a dos outros com quem já se relacionava; por exemplo, os Fur, em Darfur, se tornando parte de um povo árabe sudanês). Ou seja, uma modalidade de *organizar a diferença*, um *tipo organizacional*, mas com um potencial de escolha pessoal significativo.

4. equação ou o Problema de Barth

1 Rubrica: matemática.

igualdade entre duas expressões matemáticas que se verifica para determinados valores das variáveis

2 redução de uma questão, um problema intrincado, a pontos simples e claros, para facilitar a obtenção de uma solução.

(dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa 1.0)

Na realidade, quando examinemos o uso da definição de Barth, na literatura sobre etnicidade, constatamos logo que a sua citação permanece muitas vezes uma questão ritual. Cita-se Barth para justificar o uso do conceito de “*grupo étnico*”, com a sua ênfase sobre o limite socialmente instituído entre um grupo e outro; o que antigamente se chamaria de *in-group* e *out-group*. Continuando a analogia iniciada com o Teorema, trata-se de uma equação, uma maneira de simplificar um fenômeno complexo, reduzi-lo e obter uma solução mais fácil. Isso, sem dúvida, se correlaciona com outro fato amplo nas ciências sociais, uma forte tendência a “*o fenômeno da citação parcial*” (Merton 1995: 391).¹⁰

Segundo um estudo citado por Merton (o.c.: 379), na verdade é raro que um fenômeno realmente tenha sido descoberto pelo cientista cujo nome ficou fixado como epônimo! No caso em questão, poderíamos afirmar que o Problema de Barth não é

destaca a noção de fronteira como sobressaliente, uma analogia epinômica seria ‘a fronteira de Barth’, ou ‘o limite de Barth’.

¹⁰ Aqui não é o lugar para fazer a história da introdução da *Introdução* no Brasil. Para isso, por exemplo, deveríamos examinar como Roberto Cardoso de Oliveira logo se apropriou de Barth para complementar a sua noção de *fricção interétnica* com a dimensão ideológica. Hoje, talvez, valeria lembrar que, se a *fricção* representava o equivalente lógico, mas não ontológico, da luta de classe, bem que o *étnico* poderia ser a *dialética ontológica* da relação *socio-lógica* da *fricção interétnica*.

especificamente um Problema dele, nem que é o autor em que poderíamos primeiro verificar o mesmo. Na literatura brasileira há uma forte associação entre a citação de Barth para definir o “étnico” e a ênfase sobre o caráter político na definição bem mais velha de Weber. A título de exemplo, em uma tese premiada sobre uma comunidade rural negra e sua ‘quilombolização’, encontramos Barth, para justificar a aplicação da noção de etnicidade, e Weber, para enfatizar o caráter político da “comunidade étnica”, um agregado que se constitui como unidade política (Arruti 2006: 92). No que tange ao primeiro ponto, o autor entende que a “fronteira”, a “diferenciação estrutural de grupos em interação”, as “oposições” e “classificar pessoas” representam o que é social, simbólica e analiticamente relevante, e suficiente para o “étnico” (ibid: 92-3).

No geral, para “remanescentes de quilombos” serem considerados como “quilombos”, a definição da ABA, de 1995, se apoia largamente em Barth para enfatizar a fronteira e o tipo organizacional para a afiliação e a exclusão (apud Arruti 2006: 92). E que rapidamente desliza para a questão da auto-atribuição. Dessa forma, num artigo anterior, cheguei a conclusão que:

“For rural black communities, Barth’s definition based on the organisational content and the boundary maintenance of alterity and self-identification solves any problem. Barth’s Problem, the “basic general identity” – or, stated in another way, the fact that the sociocultural construction of cognitive categories always proceeds by creating difference and boundaries – remains unnoticed. Hence the substantialised identity of “race” is easily seen as a supposed ethnicity.”(Reesink 2008: 134)

A definição da ABA, adotada em geral como modelo para os problemas políticos e legais em torno da expressão na constituição de “remanescentes de quilombos”, na verdade se dirige ao Problema quando acrescenta “*modos de vida característicos*” e “*uma referência histórica comum*”, na base de “*vivências e valores partilhados*” (apud Arruti 2006:92). A auto-identificação é condição necessária, mas na vida social nunca é o suficiente. Aliás, no caso “quilombola” citado, o estudo mostra que anterior a intervenção de agentes externos, em particular o Estado, não havia nenhuma auto-identificação nesse sentido. De todo modo, é óbvio que as características invocadas não resolvem o Problema, ou seja, quando é que esta identificação realmente pode ser considerada analiticamente como *étnica*, não obstante o fato de que, certamente, existia uma identidade comunitária socialmente significativa e relevante. De

modo análogo, constata-se que há uma tendência, não verificada com algum rigor, mas que certamente existente, entre estudantes de ciências sociais da UFBA de compreender “identidade étnica” como simplesmente qualquer “identidade forte” (isto constatado até por volta de 2010; contudo, creio que o fenômeno é bem mais amplo, mas falta pesquisa nesse sentido).

5. efeito

- 1 aquilo que é produzido por uma causa; consequência, resultado
- 3 realização concreta; execução, efetivação
- 4 poder, eficácia

Rubrica: filosofia.

realização, produto, resultado da causa; termo de ação
(dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa 1.0)

Uma das primeiras referências da *Introdução* de Barth mostra já o seu efeito, i.e. o resultado e a eficácia do seu Teorema. Tratando de diferentes “limites sociais”, presentes dentro e fora de povoados na área considerada rural, na Europa (além de comparar estas com algumas unidades geográficas citadinas), Freudenberg termina com a coletânea de Barth para discutir como a variedade de limites sociais por ele discutido pode ser posto em diálogo com os trabalhos dos colaboradores na coletânea. “*In it the nature and maintenance of such boundaries are discussed.*”(Freudenberg 1970: section 5.3). Ora, o que o leva a afirmar a similitude é o fato de se tratar de limites sociais sem que ele entre na discussão de qual seja a diferença entre um limite étnico e um limite de outra natureza social qualquer. E o autor, numa nota, discute longamente as similitudes dos casos etnográficos dos povoados europeus com o caso da relação entre Sami (Lapões) e noruegueses (analisado por Eidheim na coletânea de Barth). Comparação interessante, porque leva a pensar sobre algo que quase não costumamos fazer: analisar diferentes parcialidades e suas modalidades de identificação dentro de um mesmo Estado. Porém, em contrapartida, o fato de que, no primeiro caso, se trata de parcialidades da mesma unidade étnica, e, no segundo, a análise se volta para uma relação entre o Estado e uma minoria étnica, parece ter pouca importância na análise empreendida. ‘Comunidades rurais negras’ se parecem com as primeiras parcialidades, e não com as segundas, ao contrário dos povos indígenas. De fato, quando povos indígenas são equacionados com outras comunidades parciais da mesma etnia, em especial na expressão “comunidades e povos tradicionais”, a inclusão induz a uma

menor relevância dada a sua condição étnica diferenciada. E ser concebido como menos diferente pode ser prejudicial para o reconhecimento dos seus direitos, já que, por assim dizer, são ‘equalizados por baixo’, como se fossem basicamente iguais aos cidadãos comuns (mesmo quando estes teriam direitos comunitários especiais).¹¹

Retornamos ao ponto central, Barth discute, antes implícita do que explicitamente, o problema do que ele entende por identidade “básica”, “a mais geral” (em comparação, por exemplo, com os conceitos de “casta” e “classe”, e em diferentes tipos de sociedades). No meu entender, contudo, ele não resolve o problema.¹² Como comparação, vejamos analogicamente a questão com Weber. No extrato de seu texto tantas vezes citado, Weber se recusa a verificar se realmente a “comunidade” partilha do mesmo sangue que alega possuir, o que seria a substância que justificaria a sua mesma “origem”. Afinal, o que se acreditaria ser verdade satisfaria a noção de uma origem em comum, em uma aplicação de uma variante do teorema de Thomas. Mas, isso também não resolve a questão do especificamente “étnico” de uma comunidade, embora aponte para, reformulando a observação de Weber em outros termos, um parentesco fictício generalizado que, com efeito, fundamenta uma noção de etnia em certos casos europeus (talvez em um caso indo-europeu, uma longa duração relacionada com o tronco das línguas indo-europeias na Europa).

As causas de não citar uma fonte na prática científica variam: pode ser para poupar energia em ir à fonte; falta de tempo pela quantidade de referências possíveis; ser limitado em acessos por causa de estar em universidades e países com dificuldade de acesso à literatura desejada; pelo fato da fonte ser em língua desconhecida, comum no Brasil.¹³ Assim, no caso de Barth, raros são os casos em que se cita a fonte no original, sendo comum a citação da tradução que deriva de uma tradução em francês (Poutignat e Streiff-Fenart 1998; ainda há algumas pessoas que, por alguma razão não explicitada,

¹¹ E, é claro, a assimilação de comunidades negras a “quilombos” produz o efeito oposto: um efeito de ‘alterização’ e ‘exotização’ de qualquer comunidade negra, confundindo toda comunidade negra com um *quilombo tradicional*; inversamente, um efeito de ‘desalterização’ e ‘desexotização’ dos povos indígenas, como se fossem iguais a segmentos infra-étnicos nacionais. Desse modo, já recebi de estudantes propostas de viajar para uma aldeia indígena ou um quilombo, como se fossem dois casos igualmente ‘alterizados’. E se decepcionam quando ficam sabendo que o quilombo não é uma continuidade de um quilombo tradicional, mas uma modalidade de uma comunidade negra.

¹² Neste esboço muito simplificado não tentarei argumentar e substanciar este e outras afirmações. Serão retomadas em outra oportunidade.

¹³ Por outro alado, não é de se estranhar tanto que não se leia Weber em alemão, apesar de que se saiba que, às vezes, seja a tradução que prejudica o entendimento (como ocorreu com a recepção de Weber na França). Weber também parece mais sofisticado do que a passagem normalmente citada como a sua definição de comunidade étnica (Weber s.d.).

usam a tradução em espanhol, Arruti 2006: 347).¹⁴ E, curiosamente, por mais que tenha atingido certa fama pela questão da etnicidade, Barth somente ganhou uma coletânea própria no Brasil no ano de 2000. Além disso, as nossas leituras são, por alguma razão, limitadas de tal modo que geralmente não parece se levar em conta o “Prefácio” da coletânea francesa. Nas minhas leituras, não me lembro de ter visto nenhuma referência a este prefácio que, todavia, já exprime com toda a clareza o Problema de Barth: “*Com efeito, o ponto fraco deste é que os conceitos muito gerais de organização e de interação sociais são aplicáveis a todo tipo de identidade coletiva (...) continua sem resposta a questão o que é especificamente “étnico” na oposição entre “eles” e “nos” e nos critérios de pertença (...)*” (Jean-William Lapierre em Poutignat e Streiff-Fenart 1998: 12). Diga-se de passagem que, no meu entender, cheguei ao Problema quando fiz uma leitura detalhada da *Introdução*, de forma independente, mas é possível que, a leitura realizada anos antes deste prefácio, tenha ficado na memória e, sem me dar conta conscientemente, influenciou esta leitura (pesquisas de memória em relação ao subconsciente demonstram que este engano ocorre com certa frequência, podendo causar uma acusação de plágio se a pessoa não descobre o equívoco em tempo; aliás, acontece, porém é raro, que um autor se lembre dessa ocorrência em uma publicação posterior).¹⁵

De todo modo, aparentemente, as leituras feitas por nós tendem a ter o efeito de se limitar de uma forma a prejudicar a teoria e sua aplicação. Veja-se, por fim, o caso da revisão de Barth de sua própria *Introdução*, quando convidado a participar a um simpósio comemorando os 25 anos da mesma (dez. de 1993). Até 2010, só um único autor brasileiro no “Scielo” cita este livro (verificado pelo “google acadêmico”; Antônio Sérgio Guimarães, em 2006, e que é sociólogo¹⁶; dois autores estrangeiros, Agier (2001) e Hoffman-French em 2003 (antropólogos); em contraste enorme com a quantidade de citações em inglês). Só conheço uma referência em livro no Brasil (Barbosa 2003; mas ele não aprofunda a discussão). Não tendo feito uma pesquisa sistemática, não posso garantir que não haja outras referências, mas que tudo indique que havia um quase desconhecimento dessa revisão parece bastante seguro.¹⁷ Ora, Barth revê a *Introdução*

¹⁴ Pelo menos até 2010, mas creio que a situação não se modificou tanto.

¹⁵ Quanto mais leituras, mais possibilidades de usar ideias dos outros sem se dar conta. Merton (1995) já chamou a atenção para esse fenômeno, entre vários outros.

¹⁶ Deve ser observado, no entanto, que ele usa a noção de “*regime de Estado*” e não discute outros aspectos do artigo de Barth (Guimarães 2006: 270).

¹⁷ No Grupo de Trabalho do congresso da ABA, em Belém, Ugo Maia comentou que, em entrevista para estudantes da USP, Manuela Carneiro da Cunha mencionou a revisão de Barth, entretanto, na edição para

levando em conta, por exemplo, o lugar da cultura na etnicidade.¹⁸ Mas, o que realmente chama a atenção é mais uma introdução, desta vez dos organizadores do simpósio: partindo da *Introdução*, fazem um resumo desta e um apanhado das publicações que discutem o texto canônico. E não demoram a chegar à questão central: “(...) *boundaries may create identities, but not necessarily ethnic identities*” (Vermeulen e Govers (orgs.) 1994: 3; ênfase no original). Ou seja, o Problema de Barth já é conhecido e discutido há bem mais tempo do que aparece na busca da literatura brasileira. Diga-se que, em consonância com o relativo desconhecimento no Brasil, mesmo sabendo da existência do livro, somente consegui acesso a uma cópia em janeiro de 2009. Note-se, ainda, que entre 2010 e 2018 naturalmente tenha-se passado muito tempo, e que a situação se tenha modificado. Realmente, hoje existe uma tradução dessa coletânea (em Portugal), e até se consegue baixar o livro em pdf.¹⁹ Também se nota um aumento, nem que seja um tanto tímido, de referências ao texto reavaliativo de 25 anos depois (às vezes por indicação minha), sem que se possa afirmar isto aqui com o rigor necessário.

Apesar de não ser aqui o lugar para realizar a discussão da revisão por parte do próprio Barth, uma observação, porém, merece ser feita: ele revê o papel da cultura (sem conhecer Manuela Carneiro da Cunha) e propõe níveis de menor e maior inclusão de análise do que é étnico (para os níveis *meso* e *macro*). Ou seja, reconhece que no passado tenha enfatizado em demasia os ‘limites em si’ dos processos étnicos, avaliando ter realizado um excesso na inversão de prioridades do papel da cultura nesses processos. Resumido em termos um tanto mais grosseiros, assume que ‘não é ter uma cultura que produz a etnia, mas, uma vez contida nos limites, é a etnia que produz a cultura’.

6. conclusão provisória

Em suma, como conclusão provisória de uma parte da problemática do campo de estudo de etnicidade e racialidade na antropologia brasileira, parece que o Teorema de Barth é tão forte que leva a uma equação ritualizada que, concomitantemente, leva a

a publicação (na Revista de Antropologia), estas suas observações ficaram de fora.

¹⁸ Barth, aliás, lembra algo que na *Introdução* diz logo no início, mas que também submerge pelo “efeito Matthew” (Merton 1995), ou seja, de que o autor mais renomado tende a ganhar mais crédito do que os menos conhecidos em capital acadêmico: o seu escrito é resultado de um esforço *coletivo* na conferência, e não só resultado *individual* dele próprio (revendo a carreira, Barth 2007: 10).

¹⁹ Até bem recentemente disponível em: <http://www.antropologias.org/files/downloads/2012/11/Vermeulen-Govers-Antropologia-da-etnicidade.pdf>

ignorar ou negligenciar o Problema de Barth.²⁰ Mesmo se a revisão de Barth de sua *Introdução* por ele mesmo, além de outras leituras citadas, estejam mais presentes a partir de 2010, ainda não que isto tenha resultado em uma maior discussão a respeito do Limite de Barth enquanto ‘um Teorema com um Problema’. Sem entrar em detalhes, mais uma vez, é facilmente perceptível sua presença na literatura sobre as chamadas “comunidades e povos tradicionais”, em que há um número significativo de autores que classificam de *étnica* uma série de identificações coletivas, comunitárias, às vezes até de duvidosa densidade sociocultural. Às vezes, justo ou injustamente, o leitor fica com a impressão de que isso ocorre em função do afã de apoiar a notável conversão dessas comunidades “tradicionais” de ‘estorvo para desenvolvimento’ (século passado), para comunidades na ‘vanguarda do desenvolvimento sustentável’, com isto invertendo sua valorização de negativa em positiva.

Necessário dizer que, essas afirmações sobre os últimos anos precisam, obviamente, de maior pesquisa para atingir um rigor suficiente para ser sustentada com a firmeza necessária, mas isto exigiria um outro artigo. No entanto, mesmo com essa ressalva óbvia, parece-me que o Problema do Limite de Barth, que não tinha sido enfrentado até por volta de, continua praticamente na mesma posição, ou seja: essa situação ainda não se modificou suficientemente. Se a antropologia brasileira realmente quer se manter teórica e metodologicamente a par de suas necessidades analíticas e, no meu entender, também à altura de suas responsabilidades políticas, a questão deve ser (re)pensada e a aplicação do conceito de etnicidade/etnicização revista mais criticamente.

²⁰ Uma das várias questões é a necessidade de enfatizar o “processo”, ao invés de ser do estado (no sentido de um estado estável) de “identidade”. Como propõe Sansone, etnicização e racialização seriam preferíveis sobre etnicidade e raça (veja Reesink 2008; note-se que as concepções de raça e etnia seriam analiticamente distintas, apesar de ambas representarem essencializações sociais e potencialmente estarem ligadas). Toda a questão de definir etnicidade e raça/racialidade leva, naturalmente, a um imenso número de referências e discussões que mal caberiam num livro. Daí que o texto aqui também tem suas severas limitações.

Referências

- ARRUTI, José Maurício. 2006 *Mocambo. Antropologia e história do processo de formação quilombola*. Bauru: EDUSC.
- BARTH, Fredrik. 1969 *Ethnic Groups and Boundaries. The social organisation of cultural difference*. Bergen e Oslo: Universitetsforlaget. 1994 “Enduring and emerging issues in the analysis of ethnicity”. Em Vermeulen e Govers (orgs.).
_____. 2000 *O guru, o iniciador e outras variações antropológicas*. Rio de Janeiro: Contra Capa.
_____. 2007 “ Overview: Sixty Years in Anthropology”. Em *Annual Review in Anthropology* 2007.
- BANKS, M. 1996 *Ethnicity: Anthropological Constructions*. London: Routledge
- BARBOSA, Wallace de Deus. 2003 *Pedra do Encanto: dilemas culturais e disputas políticas entre os Kambiwá e os Pipipã*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria / LACED.
- BOWEN, John R. 2002 “Culture, Genocide, and a Public anthropology.” Em A. L. Hinton (ed.), *Annihilating Difference. The Anthropology of Genocide*. Berkely: University of California Press.
- FREUDENBERG, Christopher D. 1970 “Process in Social Boundaries. A Study of Processes in the isolation of Selected Rural and Urban Communities”. MA thesis, University of Sussex. Acesso em 08-07-2010: <http://www.anthrobase.com/Txt/F/FreudenbergCDoi.htm>
- GUIMARÃES, Antônio Sérgio . 2006 “Depois da democracia racial”. Em *Tempo soc.* vol.18, n.2.
- MERTON, Robert K. 1995 “The Thomas Theorem and the Matthew Effect”. Em *Social Forces*, Vol. 79, No. 2.
- REESINK, Edwin. 2008 “Substantial identities in ‘rural black communities’ in Brazil: a short appraisal of some community studies”. Em *Vibrant*, Volume 5, Número 1 (Janeiro a Julho de 2008). Acesso em <http://vibrant.org.br/portugues.artigosv5n1.htm>.
- POUTIGNAT, Ph. e J. Streiff-Fenart
1998 *Teorias de Etnicidade*. São Paulo: Editora da UNESP.
- VERMEULEN, Hans e Cora Govers (orgs) 1994 *The Anthropology of Ethnicity. Beyond ‘Ethnic Groups and Boundaries’*. Het Spinhuis: Amsterdam.
- VILLAR, Diego. 2004 “Uma abordagem crítica do conceito de “etnicidade” na obra de Fredrik Barth.” Em *Mana*, vol.10, no. 1.
- WEBER, Max s.d. *Wirtschaft und Gesellschaft*. Paderborn: Voltmedia.